



1
2
3 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**
4
5
6
7
8
9

10
11 **Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Pleno do CRT**
12
13
14
15
16
17

18 **Ata da ordem do dia 05 de maio de 2015**
19
20
21
22

23 **Brasília – DF**

24

25 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

26

27 **Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Pleno do CRT**

28 **Data:** 05/05/2015

29 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego – Edifício Sede – Bloco F - Sala 902

30 Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e quinze teve início a 2ª Reunião Extraordinária do
31 Pleno do CRT, sob a Coordenação do Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego. Estiveram
32 presentes os seguintes participantes: Adriana Rosa dos Santos, representante do GM/MTE; Tânia
33 Maria Coelho de Almeida Costa, representante do GM/MTE; Alex Sandro Gonçalves Pereira,
34 representante do GM/MTE; Paulo Sérgio de Almeida, representante da SIT/MTE; Danielle Kineipp
35 de Souza, representante da SPPE/MTE; Manoel Messias Nascimento Melo, presidente do
36 Conselho; Carlos Arthur Barboza, representante da SRT/MTE; Eudes da Silva Carneiro,
37 representante da SRT/MTE; Francisco José Pontos Ibiapina, representante da Secretaria
38 Executiva/MTE; Tito Calvo Jachelli, representante da Secretaria Executiva/MTE; Pascoal Carneiro,
39 representante da CTB; Valeir Ertle, representante da CUT; Luis Carlos Silva Barbosa, representante
40 da FS; Sebastião José da Silva, representante da NCST; Wilson Pereira, representante da NCST;
41 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, representante da UGT; Marcello José Pinho Filho,
42 representante da CNI; Rafael Ernesto Kieckbusch, representante da CNI; Willian Soares de
43 Oliveira, representante da CNCOOP; João Adilberto Pereira Xavier, representante da CNServiços;
44 Danilo Piva Junior, representante da CNTur; Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque, representante
45 da CNC; Tamires Silva, representante do DIEESE; Fernanda Giorgi, representante CUT; Admilson
46 Moreira dos Santos, representante da SRT/MTE; Douglas Mello, representante do MTE/SC; Edson
47 Gonçalves, ASCOM/MTE; Bruno Cardoso, representante da ASCOM/MTE; Rita Maria Pinheiro,
48 representante da SRT/MTE; Iaponira Montenegro, representante da SRT/MTE; Maria Silvia de
49 Castro, representante da CUT. **ABERTURA:** O Sr. Manoel Dias iniciou a reunião cumprimentando
50 a todos e explanando que a reunião tem como objetivo discutir a instalação do Conselho Nacional
51 do Trabalho através do Decreto que havia sido publicado, o qual mudava a composição desse
52 Conselho. Arrazoou que todos levaram a proposta do Decreto para que pudessem verificar, analisar
53 e propor alguma ação ou medida e informou que no dia 30 de abril houve a assinatura, por parte da
54 Presidenta, do Decreto de criação do Fórum que discutirá a questão do trabalho, emprego, renda e
55 previdência social, com a presença das centrais. Discorreu que o Fórum deve ser instalado na

56 próxima semana e que ampliará a participação de vários Ministros. Compreendeu que estão em uma
57 crise política que interfere na economia, fazendo com que as pessoas posterguem qualquer
58 investimento, mas explicou que os investimentos que são determinantes para o desenvolvimento
59 continuam com maior ou menor dificuldade em alguns setores da economia. Intuiu que precisam
60 encontrar a fonte e as causas de todas as questões que são importantes para garantir o
61 desenvolvimento, o fortalecimento do capital nacional e o compromisso da melhora da qualidade do
62 emprego, consubstanciada em regras estabelecidas e discutidas na Mesa de Negociação. O Sr.
63 Manoel Messias Nascimento Melo ponderou que entre a última reunião e esta, houve uma discussão
64 política da Presidenta em que se decidiu criar um Fórum para discutir os temas emprego, trabalho,
65 renda e previdência social a partir dos diálogos dos Ministros Manoel Dias, Nelson Barbosa, Miguel
66 Rosseto e Carlos Gabas. Articulou que compreendem que a criação desse Fórum poderia gerar
67 algum nível de conflito, de sobreposições de discussões se de imediato propusessem reativar o
68 Conselho Nacional do Trabalho - CNT, sendo que o Ministro Manoel Dias sugeriu que
69 continuassem a discussão sobre a revisão do Decreto do CNT de forma menos acelerada para não
70 atrapalhar a discussão do Fórum. Postulou que, para além disso, a ideia é que mesmo não fazendo a
71 mudança no CNT agora, continuem com a decisão tomada na última reunião de escolher os temas
72 que o Conselho entende que sejam mais importantes e estabelecendo debates para aperfeiçoar.
73 Elucidou que para dar suporte a esse debate, estão propondo uma revisão do Regimento do CRT,
74 lembrando que o Conselho atual não prevê a participação de outros Ministérios e que estão
75 sugerindo que o novo Regimento dê destaque ao convite para que eles participem. Relatou que
76 também estão propondo a criação de um “GAP” permanente para dar suporte à discussão e para
77 preparar o material para que os Conselheiros cheguem preparados para a reunião do Conselho.
78 Ilustrou que o GAP trabalhará articulado com a Coordenação do Conselho. O Sr. Pascoal Carneiro
79 explanou que a Bancada dos Trabalhadores se reuniu pela manhã e deu sequência na discussão que
80 tiveram na reunião anterior e destacou que sempre argumentaram que o local para discutir qualquer
81 assunto pertinente ao mundo do trabalho seria o Ministério do Trabalho, sendo que o Executivo
82 propôs a criação deste Conselho para dar uma resposta a uma reclamação que os trabalhadores
83 realizaram na OIT. Inferiu que estão em um momento de crise política no país e que não possui
84 nenhuma crítica em relação à criação do Fórum, porque precisam de fato dar uma resposta para os
85 assuntos colocados na sociedade. Arrazoou que chegaram à conclusão que o Conselho de Relações
86 do Trabalho, da forma como está, não pode mais andar e lembrou que na reunião anterior a Bancada

87 dos Trabalhadores apresentou um documento com algumas diretrizes e alguns temas cuja discussão
88 se mostra importante. Discorreu que compreendem que é importante: manter o Conselho Nacional
89 de Relações do Trabalho, não apenas Conselho Nacional de Trabalho; o Conselho ser presidido
90 pelo Ministro do Trabalho, para dar peso ao mesmo; manter como consultivo e não deliberativo,
91 para chegar a consensos sem ferir a particularidades do mundo do trabalho; articular com todos os
92 Conselhos atuais no Ministério do Trabalho, assim como em outros ministérios; ter representantes
93 de outros ministérios, fundamental para a discussão capital-trabalho; não modificar a estrutura das
94 Câmaras Bipartites do CRT e definir um prazo para as suas discussões; que o encaminhamento da
95 maioria das questões das Câmaras fosse para o Ministro. Sugeriu pensarem na possibilidade de
96 alteração da Bancada dos Trabalhadores com a inclusão de uma Central Sindical que ainda não tem
97 reconhecimento pela legislação no Brasil e das Confederações, sendo que a maioria dos
98 Conselheiros entendeu que não deveriam pautar essas duas questões nesse momento. A Sra. Patrícia
99 Cerqueira de Coimbra Duque postulou que a Bancada dos Empregadores também compreende que
100 devem manter a nomenclatura do Conselho, porque a sua alteração pode diminuir a sua grandeza e
101 também continuar a ser um órgão consultivo e não deliberativo. Intuiu que esse Conselho vem
102 dando frutos e que pode avançar, mas mantendo o Regimento Interno. Explanou que não concorda
103 com a sugestão das Câmaras se dirigirem diretamente ao ministro. Arrazouou que estão um pouco
104 inquietos com relação à criação do Fórum, por não saberem exatamente do que se trata. O Ministro
105 Manoel Dias discorreu que o Fórum é um órgão de debate que receberá sugestões e os temas que
106 estejam elencados, sem que haja possibilidade de se ampliar a discussão e informou que o mesmo
107 será presidido pelo Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, o Ministro Miguel Rosseto, visto que
108 ficaram de se reunir hoje ou amanhã para estabelecer as normas de funcionamento do Fórum.
109 Esclareceu que o fórum possui um prazo de duração, exatamente devido ao momento que estão
110 vivendo e que as indicações serão feitas pelas entidades na forma tradicional. João Adilberto Pereira
111 Xavier questionou se as designações serão feitas por intermédio do Ministro ou se serão diretas para
112 a Secretaria-Geral da Presidência. O Ministro Manoel Dias elucidou que os membros do Fórum
113 serão designados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,
114 sendo um titular e um suplente de cada órgão ou entidade. O Sr. Luis Carlos Barbosa justificou que
115 não participou do Fórum que aconteceu no mês de abril, porque sua reserva de passagem havia
116 caído por falta de pagamento e ponderou que o agronegócio trouxe resultado positivo para a
117 economia e geração de emprego, mas gostaria de trazer para o debate a questão da consequência de

118 impacto social que está acontecendo devido à crise política. Ressaltou que a Força Sindical não
119 concorda com a composição das Confederações de Trabalhadores, visto que poderão participar
120 conforme os critérios que estão sendo utilizados, como também em relação às Centrais Sindicais
121 que ainda não foram reconhecidas. Compreendeu que não havia nenhum conflito em relação às
122 Câmaras Bipartites e não precisaria passar por um debate no Conselho. A Sra. Patrícia Cerqueira de
123 Coimbra Duque explicou que podem ter Câmaras Bipartires entre Trabalhadores e Empregadores e
124 que lhe preocupa a alteração para Conselho Nacional de Relações do Trabalho, porque as pessoas
125 podem entender que o Conselho não estava forte o suficiente ou não tinha uma boa atuação. O Sr.
126 Willian Soares de Oliveira relatou que a Confederação Nacional das Cooperativas não foi
127 contemplada no Fórum, sendo que as cooperativas hoje representam uma categoria que tem uma
128 relevância na economia brasileira. Ilustrou que os estudos internos mostraram que a consolidação
129 do sistema cooperativista brasileiro tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois
130 promove, dentre outros benefícios, o acesso a crédito, saúde, educação, moradia e ao mercado de
131 trabalho com responsabilidades sociais e ambientais. Arrazoou que em se tratando de um Fórum
132 que discutirá sobre a política de emprego, trabalho, renda e previdência social, entendem que
133 abrilhantaria mais ainda os debates do mesmo a participação da representação das cooperativas do
134 Brasil através do Sistema Cooperativista pela CNCOOP ou pela OCB. O Sr. Valeir Ertle elucidou
135 que a proposta da Bancada dos Trabalhadores é que os temas específicos da Câmara Bipartite, que
136 diz respeito aos Trabalhadores ou Empregadores, possam ser encaminhados diretamente para o
137 Ministro, mas discorreu que caso entendam que o tema precisa ser discutido conjuntamente, será
138 enviado para a pauta do Conselho. O Sr. João Adilberto Pereira Xavier intuiu que a alteração da
139 sigla de CRT para CNRT terá uma leitura inversa do que foi mencionado, pois haverá o
140 entendimento que o CRT foi tão importante que se tornou nacional. O Sr. Francisco Canindé
141 Pegado do Nascimento ressaltou que a Bancada dos Trabalhadores realizou um debate bastante
142 amplo e analisaram todos os aspectos relacionados à proposta de melhoria e de dar maior
143 oxigenação ao CRT, sendo que sugeriram alterar a nomenclatura do Conselho no sentido de dar
144 uma visão de transformação. Discorreu que entende que o Ministério do Trabalho é o órgão
145 competente para dirigir o Conselho e que o Decreto que instituiu o Fórum de debates sobre políticas
146 de emprego, trabalho, renda e previdência social tem um prazo de seis meses. A Sra. Patrícia
147 Cerqueira de Coimbra Duque explicou que em nenhum momento a Bancada dos Empregadores está
148 furtando em examinar a possibilidade de ser um Conselho Nacional. O Sr. Sebastião José da Silva

149 afirmou ao Ministro que talvez o Estado mais afetado com a crise seja o Rio de Janeiro, em função
150 da importância da Petrobrás na Bacia de Campos e inferiu que cabe às Bancadas serem solidárias
151 para que o Ministério do Trabalho volte a ter o papel que já teve no passado e ser o grande
152 articulador da regulamentação do trabalho, sendo que isto não está acontecendo e a prova concreta
153 foi a Medida Provisória que o Sr. Renan devolveu, de desoneração de folha. O Sr. Rafael Ernesto
154 Kieckbusch inferiu que não podem perder três expressões: diálogo social, tripartismo e a busca de
155 consenso e que está faltando pensar a forma como será trabalhada a integração, seja no Conselho
156 Nacional, seja apenas no âmbito do Ministério do Trabalho,. Compreendeu que a questão do
157 consenso do diálogo social é criar uma sistemática que favoreça usar as instâncias existentes e que o
158 Governo deve enxergar e entender as questões operacionais das dificuldades que as empresas
159 passam e a realidade dos trabalhadores, para tornar mais coeso o trabalho. O Sr. Marcello José Filho
160 reforçou que ainda estão iniciando o debate com relação ao novo formato, pois entendeu que é
161 importante fortalecer o CRT, seja como o nome de nacional ou não. O Sr. Pascoal Carneiro chamou
162 a atenção para o problema de dispensarem os temas com menor importância em relação aos temas
163 importantes e arrazouo que compreendem que não existe nenhum problema nos atos discutidos nas
164 Câmaras Bipartite, seja Empresarial, seja de Governo, ou seja de Trabalhadores. Discorreu que
165 estão vivendo uma experiência nova de democracia no Brasil e acreditou que interessa muito mais
166 aos Trabalhadores e Empregadores aprofundar cada vez mais a democracia e não entrar na onda de
167 muitos que querem o retrocesso do país. O Sr. Luis Carlos Barbosa inferiu que não podem
168 confundir o Decreto que institui o Fórum exatamente com o papel do Conselho, por serem
169 instâncias completamente distintas e ponderou que muitas vezes o debate não avançou porque
170 ficaram presos em posições de Bancadas. Articulou que o interesse comum que possuem é
171 fortalecer o Conselho, para que o mesmo tenha musculatura suficiente para que seja o articulador
172 das relações do trabalho e para que consiga ter o poder. Por isso indicaram e debateram sobre a
173 importância do Ministro do Trabalho ser o Presidente do Conselho, para que o mesmo possa fazer a
174 interface e a interlocução com os outros ministérios. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo intuiu
175 que não poderiam deixar a discussão acontecer sem refletir sobre o Decreto da Presidenta, que criou
176 o Fórum, mas lhe pareceu que pelas várias intervenções, há um entendimento de que devem
177 continuar trabalhando para elaborar a revisão, aproveitando o Decreto do Conselho Nacional do
178 Trabalho. Relatou que compreendeu que há um consenso em se criar um espaço privilegiado de
179 discussão dos temas mais gerais do Ministério do Trabalho e da política de relação do trabalho e

180 que, com a instituição deste Fórum, estão colocando prudência para não acelerar a formatação do
181 CRT e acabar gerando ruído, seja nas instituições, seja na própria forma de constituir o Fórum.
182 Informou que foi encaminhado para todos os Conselheiros o que é o Decreto do Fórum, uma
183 planilha com o Decreto de hoje do CNT e uma do Regimento Interno do CRT, para que se faça um
184 comparativo das atribuições para analisar quais ficariam no novo CNT. Comunicou que também foi
185 enviado uma síntese do Regimento do CODEFAT, do Conselho Nacional de Economia Solidária,
186 do CNIg e do CCFGTS, que são os quatro Conselhos formais que existem no Ministério do
187 Trabalho, para que possam fazer uma análise como os mesmos funcionam e que, posteriormente,
188 serão enviados alguns Decretos e algumas regulamentações de outros Conselhos da Esplanada por
189 sugestão do Secretário. Explanou que estão sugerindo um prazo para que as Bancadas apresentem
190 uma síntese de proposição em relação ao Conselho e sobre a criação do GAP que será definida na
191 reunião ordinária do CRT no dia 14 de maio, a qual possui como pauta a apresentação do Sr. Paul
192 Singer sobre a questão da economia solidária e uma apresentação da Secretaria de Inspeção do
193 Trabalho sobre o Plano Nacional de Combate à Informalidade. Acrescentou que no dia 14 também
194 terão que concluir o Grupo de Trabalho - Domingos e feriados e que será apresentado o formato da
195 nova Portaria. Sugeriu estabelecerem como prazo até o dia 29 de maio para receber as proposta em
196 relação ao conjunto de propostas de atribuições do Conselho. O Sr. Manoel Messias Nascimento
197 Melo questionou aos participantes se concordam em realizar uma reunião ordinária em julho para
198 apresentarem apenas as propostas, havendo concordância com a sugestão. Elucidou que prepararão
199 uma proposta de revisão do Decreto em paralelo à construção do Fórum, para que fortaleça e traga
200 um debate mais estrutural na questão do trabalho para dentro do Conselho. O Sr. Paulo Sérgio de
201 Almeida informou que em junho haverá um Seminário Internacional envolvendo os países do
202 MERCOSUL, em que vários temas referentes à migração serão tratados e entendeu que seria o
203 momento para que o Conselho também participasse, estreitando assim a visão com o Conselho
204 Nacional de Imigração e outros órgãos relacionados ao tema migração. O Sr. Pascoal Carneiro
205 arrazoou que nesse mês as Centrais Sindicais têm que fazer as indicações de composição do
206 Conselho, porque já sairá a nova Portaria em razão do vencimento dos mandatos, e o Ministro tem
207 que aguardar a indicação das Centrais para fazer a publicação no Diário Oficial. O Sr. Manoel
208 Messias Nascimento Melo explicou que elaboraram um ofício para as entidades solicitando as
209 indicações, sendo que o Conselho será recomposto independente da discussão. O Ministro Manoel
210 Dias compreendeu que o Conselho tem um papel muito importante nesse momento da vida

211 nacional, de aprofundar a discussão e de buscar soluções, propostas e contribuições e discorreu que
212 pela primeira vez, conseguiram realizar uma reunião com os Ministros do Trabalho e Emprego, com
213 os Ministros de Finanças e Fazenda em Moscou, visto que ficou determinado que na próxima
214 reunião do G-20 também será entre os Ministros do Trabalho e Emprego e da área Econômica.
215 Postulou que o Conselho pode sugerir e formular propostas nesse momento de crise na aplicação
216 dos recursos em áreas que são mais sensíveis à extinção do mercado de trabalho e apresentou o
217 novo Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Francisco José Pontes
218 Ibiapina. **ENCERRAMENTO:** O Ministro Manoel Dias agradeceu a presença de todos e encerrou
219 a reunião.

220 Adriana Rosa dos Santos _____

221 Tânia Maria Coelho de Almeida Costa _____

222 Alex Sandro Gonçalves Pereira _____

223 Paulo Sérgio de Almeida _____

224 Danielle Kineipp de Souza _____

225 Manoel Messias Nascimento Melo _____

226 Carlos Arthur Barboza _____

227 Eudes da Silva Carneiro _____

228 Francisco José Pontes Ibiapina _____

229 Tito Calvo Jachelli _____

230 Pascoal Carneiro _____

231 Valeir Ertle _____

232 Luis Carlos Silva Barbosa _____

233 Sebastião José da Silva _____

234 Wilson Pereira _____

235 Francisco Canindé Pegado do Nascimento _____

236 Marcello José Pinho Filho _____

237 Rafael Ernesto Kieckbusch _____

238 Willian Soares de Oliveira _____

239 João Adilberto Pereira Xavier _____

240 Danilo Piva Junior _____

241 Patrícia Cerqueira de Coimbra Duque _____